PÁGINA 7: *Queda de helicóptero em Minas mata uma das donas do Banco Rural.* / **PÁGINA 8:** *Consultório: Especialistas respondem a leitores sobre baixo crescimento, íngua, fase sexual e sono ruim.* **PÁGINA 9:** *Cadela que salvou crianças de pitbulls ganha medalha de honra ao mérito e é disputada por programas de tevê*

EDITOR: José Negreiros SUBEDITORES: Luiz Alberto Weber, Renato Ferraz e Antonio Vital. TELEFONE: (061) 342-1171/1172 FAX: (061) 342-1155. E-mail: brasil@cbdata.com.br

EUA RECONHECEM AVANÇOS, MAS ALERTAM QUE DIREITOS HUMANOS AINDA VÃO MAL NO BRASIL

VIOLÊNCIA CONTINUA

Daniela Mendes
Correspondente

Nova York — No Brasil, a polícia executa suspeitos, tortura pessoas sob interrogação, a Justiça é lenta e pouco confiável, a violência contra minorias e a prostituição infantil são sérios problemas. Num país com uma das piores distribuições de renda do mundo — metade da população detém 10% da riqueza nacional, enquanto os 10% mais ricos ficam com 48% —, os pobres, negros e pessoas com pouco acesso à educação são os que mais sofrem com desrespeito aos direitos humanos.

Essas são algumas das informações contidas no relatório anual sobre direitos humanos no mundo, preparado pelo Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. Embora o Brasil não figure na parte introdutória do trabalho, onde são citados os casos mais extremos, como o genocídio na Bósnia e a Ruanda, de violência contra a mulher no Afeganistão e da matança dos separatistas de Kosovo, o retrato dos direitos humanos na sociedade brasileira é vergonhoso.

O relatório é amplo. São 24 páginas divididas em tópicos como respeito à integridade da pessoa, às liberdades civis, discriminação com base em raça, sexo, religião e status social, direitos dos trabalhadores, entre outros. O trabalho foi preparado com ajuda de Órgãos Não-Governamentais (ONGs), como o *Humano's Rights Watch* e a Pastoral da Terra, e informações colhidas na imprensa brasileira.

Segundo o relatório, os homicídios cometidos por policiais continuam a ser um sério problema no país. A existência da Justiça Militar, que julga crimes cometidos por PMs — com exceção de assassinatos —, colabora para a permanência do sentimento de impunidade no país. Policiais de folga respondem às provocações e resolvem desavenças pessoais à bala.

"Nas áreas urbanas, os altos índices de criminalidade, pouco treinamento dos agentes, falha na captura de criminosos e um sistema de Justiça Criminal inepto e ineficiente contribuem para a brutalidade da polícia e assassinatos de suspeitos", afirma o Departamento de Estado. "A Polícia Militar freqüentemente executa suspeitos sumariamente e depois afirma que as mortes ocorreram em troca de tiros". Nos círculos policiais, a prática de eliminar jovens criminosos é chamada de "cirurgia social", diz o relatório.

O relatório está pontuado com descrições de episódios. Cita o caso de três PMs de Salvador que, armas em punho, mandaram dois travestis entrar no mar e nadar o máximo que podiam. Um deles morreu, o outro sobreviveu e identificou os policiais, que foram presos e disseram ter agido por ordem superiores.

CASOS

Conta também os casos do índio pataxó José Galdino dos Santos, que morreu queimado por quatro rapazes de Brasília, e do assassinato da deputada federal de Alagoas Ceci Cunha e de sua família, em dezembro passado.

Apesar das críticas, o Departamento de Estado reconhece avanços ocorridos nos últimos anos, como a criação da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e algumas conquistas em âmbito estadual. Relata, ainda, o episódio da condenação pela Justiça de Otávio Gamba, líder de um grupo de PMs de São Paulo pego torturando e matando pessoas numa rua de Diadema em março de 1997.

A situação nos presídios brasileiros, aponta o Departamento de Estado, é muito precária. A superlotação é um problema sério, há 30% a mais de presos do que a capacidade das celas, onde a temperatura freqüentemente supera 40 graus. Além disso, estima-se que entre 10% e 20% da população encarcerada esteja contaminada com o vírus da Aids.

O Departamento de Estado reconhece o progresso nas leis de proteção às crianças, mas diz que milhares delas continuam sendo obrigadas a trabalhar e deixam de ir à escola. Cerca de 3,8 milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalham. Além disso, há os meninos de rua. Não há dados precisos sobre quantos vivem nas ruas, mas estima-se que no Rio 30 mil passem o dia perambulando pela cidade e mil durmam efetivamente nas calçadas.

O deputado federal João Alberto Fraga (PMDB/DF), policial militar há 25 anos, concorda com o documento. Mas diz que a causa para os abusos e corrupção nas corporações é, principalmente, a falta de investimento do Estado no aparelhamento e melhoria dos salários dos policiais. Ele compara o investimento feito na polícia militar em São Paulo com a cidade de Nova York. "Enquanto lá há um investimento de US$ 2,4 bilhões por ano, em São Paulo os recursos anuais são de R$ 54 milhões", diz.

"A corporação é grande, e há as laranjas podres", diz. "A maioria dos policiais brasileiros têm origem nos bolsões de miséria do país. Só com condições de trabalho e um salário digno poderemos ter pessoas capacitadas como queremos. Recebendo R$ 130,00 por mês, como um policial não vai se corromper?", questiona.

Para o presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Sérgio Mindlin, o relatório só comprova que a situação das crianças e dos adolescentes brasileiros é grave. Ele afirma que a sociedade brasileira tem se mostrado disposta a mudar a situação, mas ainda há muito a fazer. "A questão do trabalho infantil é a mais perversa, porque afasta a criança da escola. Mas não adianta apenas criar leis que proíbam a criança de trabalhar. É preciso criar programas que as encaminhem".

Nesse sentido, ele se diz preocupado com os cortes que o governo tem feito em programas da área social para ajustar as contas. "Uma criança que perde a bolsa escola e volta a trabalhar, vai mais tarde sobrecarregar o sistema de saúde. Investir em programas sociais preventivos é economicamente inteligente", argumenta.

A presidente da Fundação Cultural Palmares, que luta para promover a igualdade racial no Brasil, Dulce Maria Pereira, vê a presença de dados do próprio governo brasileiro sobre as desigualdades raciais como um aspecto positivo para o país. "Antes, só os movimentos negros se preocupavam em abordar a questão étnica. Agora já temos levantamentos oficiais", diz.

Mesmo assim, ela diz que a iniciativa do governo de tratar a questão por meio de estatísticas não elimina o absurdo da desigualdade racial no país. Ressalta ainda que o problema é um mal que assola o mundo inteiro. "O Brasil não é o único mocinho feio nessa história. Tanto que ontem o governo inglês anunciou um programa de tolerância zero em relação a manifestações de racismo."

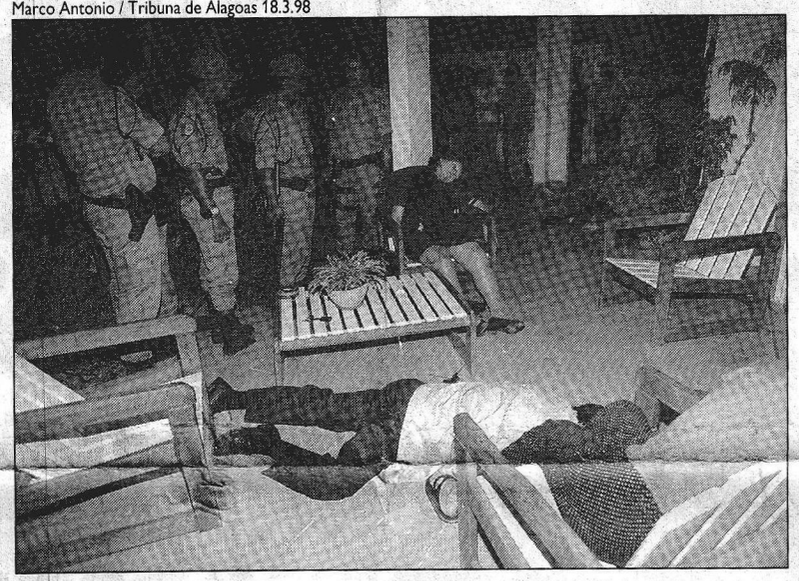
Ela sustenta ainda que a questão dos Direitos Humanos já ultrapassou as questões de relações interpessoais. "A desigualdade agora se materializa economicamente. O país tem que ver que para desenvolver é necessário investir para que a população negra seja incluída na economia", acredita.

■ **Colaborou: Humberto Rezende**

NO RELATÓRIO

Ronaldo de Oliveira 20.4.97

Marco Antonio / Tribuna de Alagoas 18.3.98



ÍNDIO QUEIMADO ENQUANTO DORMIA

Um dos crimes citados no relatório do Departamento de Estado dos EUA aconteceu na madrugada de 20 de abril de 1997. Cinco rapazes de classe média, entre 17 e 19 anos de idade, atearam fogo no pataxó Galdino Jesus, de 44 anos, que dormia num ponto de ônibus de Brasília. Dois anos mais tarde, o menor está livre, depois de passar seis meses no Caje. Os demais irão a júri popular.

DEPUTADA MORTA COM PARENTES

Outro exemplo de desrespeito aos direitos humanos relatado foi uma chacina. A deputada federal Ceci Cunha (PSDB) foi morta por quatro pistoleiros na casa da irmã dela, em Maceió (AL) na noite de 16 de dezembro do ano passado, junto com o marido e duas parentes. Um dos pistoleiros presos acusou assessores do deputado Talvane Albuquerque (PFL), então suplente de Ceci, de os terem contratado. Com a morte da deputada, Talvane assumiu o cargo.